Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Fiscal

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000618/2024-83

Interessado: Conselho Fiscal

Assunto: Ata da 174ª Reunião Ordinária

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 9h30, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM, no formato híbrido. Participaram, de forma virtual, os Conselheiros Demetrius Queiroz do Rêgo Barros, Presidente do Conselho Fiscal, Adriana Azevedo Pannunzio, André Arcas de Souza e Leonardo José Mattos Sultani, membros titulares, bem como Douglas Froemming e Tiago José Kich Temperani, suplentes. Pela Fundação, participaram virtualmente; Hugo Lancarter Mol, Diretor de Investimentos, Renné Flud Bueno, Gerente de Portfólio; Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa e Tatiana Nunes Simões, Supervisora da Equipe Contábil e Tributária. Presencialmente, participaram Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor-Presidente; Rafael de Oliveira Vilas Boas, Superintendente Administrativo; Renata Simões de Souza, Assessora-Chefe de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade; Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues, Chefe da Auditoria Interna; e Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário Executivo. O Presidente Demetrius declarou aberta a reunião, verificou a existência de quórum, deu boas-vindas e submeteu à apreciação a Ata da 173ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, que foi aprovada sem ressalvas. Prosseguindo com a **pauta, Demetrius deu início ao segundo item, Investimentos – Movimentação do mês de agosto** de 2026, e passou a palavra ao Diretor Hugo para apresentação do relatório. Hugo apresentou o desempenho consolidado da carteira, a performance por plano, a alocação por segmento, as movimentações do período e os principais temas de acompanhamento. Informou que a carteira apresentou rentabilidade de 0,80% no mês, ante 1,09% do CDI e 0,05% da meta, e que, nos horizontes de até 36 meses, permaneceu acima da meta de rentabilidade, embora abaixo do CDI no período de 36 meses. Destacou o desempenho do crédito privado, com rentabilidade de 1,15% no mês, e dos investimentos no exterior, especialmente o MSCI World, com 4,58%, enquanto renda variável e imobiliário apresentaram resultados negativos. Registrou, ainda, que a carteira totalizava aproximadamente R$ 5,46 bilhões e contava com 22 gestores ativos. Hugo informou que, no mês, ocorreram entradas de aproximadamente R$ 59,44 milhões provenientes de arrecadação, além de dividendos de fundos imobiliários e cupons de NTN-B, enquanto as saídas compreenderam portabilidades e chamadas de capital. No acumulado de 2026, registraram-se R$ 886,7 milhões em movimentações, incluindo R$ 679,7 milhões em novos investimentos, com destaque para R$ 288,6 milhões em NTN-B adquiridos em agosto, aproveitando as condições de mercado. Informou também que os resgates de participantes permaneceram elevados em razão do PDI (Programa de Demissão Incentivada), embora inferiores aos registrados em julho. No acompanhamento dos investimentos estruturados e imobiliários, Hugo informou que a área vinha realizando resgates graduais dos fundos imobiliários em razão da baixa liquidez e aprofundando as análises dos FIPs, com posterior apresentação ao Conselho Fiscal de avaliação mais detalhada do segmento. Demétrius,

Presidente do Conselho Fiscal, manifestou interesse em que fossem realizadas reuniões específicas para acompanhamento dos FIPs, inclusive com a participação de gestores dos fundos, a fim de permitir aos Conselheiros conhecer a situação dos investimentos e acompanhar sua evolução. Hugo concordou com a sugestão e informou que pretendia alinhar a participação dos gestores, após apresentação do relatório de FIP. Então, e sugeriu que a primeira reunião seja com o gestor BTG Pactual, pois é o gestor com maior participação no segmento. A Conselheira Adriana, questionou a metodologia de definição da meta de rentabilidade e sua periodicidade, diante da diferença observada entre a meta e o desempenho da carteira. Hugo esclareceu que a meta decorre do fluxo previdenciário e das obrigações futuras da PREVCOM, sendo estimada a partir do fluxo de investimentos trazido a valor presente, resultando atualmente em uma taxa real equivalente a IPCA + 4,5%. Sylvio, Diretor-Presidente, esclareceu que a meta é aprovada pelo Conselho Deliberativo e constitui referência para a elaboração da Política de Investimentos e para a definição da alocação dos recursos. Esclareceu, ainda, que eventual elevação da meta implicaria maior exposição a risco, não sendo necessariamente acompanhada de maior rentabilidade. Hugo acrescentou que a meta pode ser alterada, desde que considerada a relação entre retorno esperado e apetite a risco. O Conselheiro André Arcas, questionou sobre a perspectiva de implementação de perfis de investimento com diferentes níveis de risco para os participantes. Hugo informou que a iniciativa permanece prevista no planejamento estratégico, mas que sua implementação depende da estruturação da equipe, da contratação e implantação de sistemas e da criação das ferramentas necessárias para a segregação das carteiras e gestão dos diferentes perfis. Informou que os estudos deverão ser iniciados no próximo exercício, com possibilidade de implementação da estratégia em 2028. Sylvio complementou que a PREVCOM se encontra em processo de fortalecimento sistêmico de sua infraestrutura tecnológica e operacional, condição necessária para avançar posteriormente na personalização dos produtos, serviços e estratégias de investimentos. Dando continuidade ao **terceiro item, Demonstrações Financeiras**, Tatiana, Supervisora da Equipe Contábil e Tributária, apresentou as Demonstrações Financeiras referentes a julho de 2026, destacando a evolução de 1,3% do ativo e da carteira de investimentos, que atingiu aproximadamente R$ 5,5 bilhões, e o patrimônio social de R$ 5,5 bilhões, com recursos garantidores de R$ 5,535 bilhões. Informou aumento de 1,4% no patrimônio social no mês, com entradas de R$ 110 milhões e saídas de R$ 31 milhões, além de crescimento acumulado de R$ 599 milhões no patrimônio até julho. Apresentou também a evolução do Fundo Administrativo, o acompanhamento do passivo relativo às antecipações de contribuições de patrocinadores, cujo saldo atualizado alcançou R$ 19,634 milhões, e a situação dos fundos administrativos por plano. Por fim, demonstrou a rentabilidade das cotas dos planos de benefícios no mês de julho e no acumulado do exercício. O Conselho Fiscal examinou as informações apresentadas e não formulou questionamentos adicionais. Prosseguindo com o **quarto item, Relatório de Acompanhamento do Orçamento**, Tatiana informou que, até julho de 2026, as receitas realizadas estavam 3% acima do orçado e as despesas 25% abaixo do previsto, enquanto o Resultado Financeiro atingiu R$ 9,890 milhões, 83% superior ao orçado, refletindo no resultado do exercício, realizado em R$ 24,636 milhões. Esclareceu que as remunerações sobre antecipação de contribuições e as contingências, relacionadas ao PIS/Cofins, estavam acima do orçado no período, mas permaneciam dentro dos limites previstos para o exercício. Apresentou, por fim, os indicadores de gestão acompanhados conforme a Resolução CNPC nº 62/2024, registrando que a maioria apresentava resultado acima do esperado e que um estava próximo do projetado. Rafael Superintendente Administrativo esclareceu que o indicador de despesa de pessoal sobre despesa administrativa, próximo do esperado, decorria da menor execução das despesas administrativas; A Diretora Vanessa complementou que parte das despesas previstas para o primeiro semestre, inclusive relacionadas ao concurso público, projeto de TI e contratação da FIA (Fundação Instituto de Administração), seria executada no segundo semestre. Na sequência, Vanessa informou que as contribuições apresentadas pelo Conselheiro André à revisão da Política Contábil: periodicidade de revisão, segregação de funções, quadro normativo consolidado e cronograma de fechamento contábil, foram acolhidas pela Diretoria Administrativa

e foram incorporadas ao documento, que, após manifestação do Comitê de Auditoria, elaboração de nota técnica, parecer jurídico e aprovação pela Diretoria Executiva, será encaminhado ao Conselho Deliberativo, com previsão de apreciação em outubro. O Conselho Fiscal registrou as contribuições apresentadas e manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento do encaminhamento da Política Contábil para aprovação pelo Conselho Deliberativo. Na sequência, no **quinto item, Monitoramento das Obrigações Legais**, a Assessora-Chefe Renata informou que todas as obrigações legais da PREVCOM haviam sido cumpridas dentro dos prazos, inclusive o pagamento da TAFIC (taxa de fiscalização e controle) da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Comunicou, ainda, o início do *backtest* recomendado pelo Conselho Fiscal no Relatório de Controle Interno, utilizando a base de obrigações legais da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) para confronto externo e verificação da aderência dos registros mantidos na ferramenta de controle. Prosseguindo, Renata apresentou o **sexto item, Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação do Mapa de Riscos**, demonstrou a evolução dos planos de ação dos riscos altos e críticos, informando a abertura de duas ações para a Diretoria de Seguridade, a conclusão de uma ação da Diretoria de Tecnologia da Informação e de uma da Diretoria Administrativa, permanecendo seis planos de ação em aberto. Destacou, entre outros pontos, a conclusão da contratação do Seguro *Cyber*; o avanço dos projetos de fortalecimento sistêmico de TI; a migração de ações relativas à validação das informações para a Diretoria de Seguridade, com 75 órgãos habilitados e 29 já utilizando efetivamente a ferramenta, tendo sido estabelecido o prazo de 31 de março de 2027; e a conclusão do treinamento de fiscais e gestores de contratos, além do avanço para inclusão de cláusulas de nível de serviço em contratos. Informou também o andamento das medidas relacionadas ao risco de conduta de agentes de seguradora, com manual de conduta elaborado pela PREVCOM em análise jurídica pela seguradora. A Conselheira Adriana questionou os prazos de análise pelo COETIC (Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação) e a eventual submissão ao Comitê de Gasto Público, tendo sido esclarecido que não há prazo fixo para o COETIC, embora usualmente a análise ocorra em uma ou duas reuniões, e que a PREVCOM não se submete ao referido Comitê por não se tratar de despesa do orçamento do Estado. O Conselho Fiscal acompanhou os esclarecimentos apresentados e permaneceu à disposição para eventuais situações que demandem comunicação urgente. Na sequência, no **sétimo item da pauta, Relatório de Atividades e Acompanhamento dos Planos de Ação dos Órgãos de Controle – Auditoria Interna**, a Chefe da Auditoria, Sueli apresentou o relatório de acompanhamento dos planos de ação dos órgãos de controle, informando que, no período, 11 planos apresentaram evolução, cinco deles integrantes do grupo dos principais planos vencidos e vincendos, em razão de avanços relacionados, entre outros, à Política de Gestão de Riscos, Conformidade e Prevenção de Fraudes, à Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, ao Programa de Integridade, ao Planejamento Estratégico e às ações de contingência de TI. Registrou a conclusão de um plano de ação referente à codificação de senhas no sistema MJPrev, permanecendo 36 planos em curso, além de dois apontamentos da Auditoria Externa em avaliação pela Diretoria de Tecnologia da Informação e 16 apontamentos decorrentes do Relatório de Controle Interno do Conselho Fiscal, já distribuídos às Diretorias para avaliação e definição daqueles que deverão ser acompanhados pela Auditoria Interna. Informou, ainda, que os planos vencidos e aqueles relacionados aos sistemas em implantação serão submetidos ao COAUD (Comitê de Auditoria) para reprogramação e definição de novos prazos. Em resposta à Conselheira Adriana, esclareceu que, dos dez planos de ação relacionados ao TCE/SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) inicialmente apresentados, quatro foram concluídos, permanecendo seis, tendo sido as respectivas recomendações consideradas atendidas pela PREVCOM e comunicadas ao Tribunal. O Conselho Fiscal acompanhou os esclarecimentos apresentados e ressaltou a importância do avanço das ações relacionadas à Tecnologia da Informação. Por fim, o **oitavo item, Relatos e Comunicações da Diretoria Executiva**, o Diretor-Presidente, Sylvio informou sobre o avanço do processo de transformação sistêmica da PREVCOM e sobre o andamento das discussões do orçamento, que já havia

passado por rodada inicial de análise com Conselheiros do Conselho Deliberativo, com expectativa de conclusão próxima. Comunicou, ainda, que o Planejamento Estratégico seria apreciado na próxima reunião do Conselho Deliberativo, com previsão de aprovação até o final da próxima rodada de deliberações. Em seguida, a Diretora Vanessa informou sobre a realização do concurso público, organizado pela VUNESP (Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista), destacando a ausência de 46% dos candidatos, a manutenção de concorrência elevada por vaga e a inexistência, até aquele momento, de intercorrências ou medidas judiciais capazes de suspender o certame, com previsão de divulgação da primeira listagem ao final de novembro e da lista definitiva em janeiro. O Conselho Fiscal agradeceu os esclarecimentos prestados e registrou o acompanhamento da evolução das matérias comunicadas pela Diretoria Executiva. Não havendo outras manifestações ou assuntos a tratar, o Presidente Demetrius declarou encerrada a 174ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário Executivo, lavrei e subscrevo a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros presentes.

Demetrius Queiroz do Rêgo Barros

Presidente do Conselho Fiscal

Adriana Azevedo Pannunzio

Conselheira

André Arcas de Souza

Conselheiro

Leonardo José Mattos Sultani

Conselheiro

Documento assinado eletronicamente por **Andre Arcas De Souza**, **Membro**, em 16/10/2026, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz Do Rego Barros**, **Conselheiro**, em 16/10/2026, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Adriana Azevedo Pannunzio**, **Conselheiro**, em 26/10/2026, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Jose Mattos Sultani**, **Conselheiro**, em 27/10/2026, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alessandro da Silva Bueno**, **Assessor I**, em 28/10/2026, às 08:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0123969053** e o código CRC **7D032244**.